EQUATORIAL TRANSMISSORA SPE 8 SPE S.A.
CNPJ/MF nº 27.067.244/0001-02
NIRE 21.3000.104.32

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2019:

Assembleia Geral Ordinária:

1. ***Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018.***

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2018, conforme divulgadas em 29 de março de 2019 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e nos jornais de publicação da Companhia (as "Demonstrações Financeiras").

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481/09"), as informações dispostas no Anexo I a presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. ***Exame, discussão e votação do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31.12.2018.***

Conforme já mencionado no item anterior, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481/09"), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

3. ***Exame, discussão e votação da proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31.12.2018.***

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, bem como que seja aprovada a distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2019.

4. ***Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, assim como a eleição de seus membros.***

Propomos que seja fixado em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, indicamos os seguintes membros para integrarem seu Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Humberto Luís Queiroz Nogueira, Sérvio Túlio dos Santos, Humberto Soares Filho, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Augusto Dantas Borges.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III a esta proposta.

5. Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2019.

Propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2019, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, seja fixada no montante global de até R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

ANEXO I
Comentários dos Diretores da Companhia
Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.7 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2018, e elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores de nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a nossa situação financeira. Nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.
Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2018

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R$27,3 milhões e em 31 de dezembro de 2018 o Patrimônio Líquido apresentou um saldo de R$ 140.099 mil.

O lucro líquido do exercício social encerrado m 31 de dezembro de 2017 totalizou R$124 milhões e em 31 de dezembro de 2018 R$ 12.518 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R$27,3 milhões. A companhia foi constituída em 02 de junho de 2017, por esse motivo o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 era zero.
O lucro líquido do exercício social encerrado m 31 de dezembro de 2017 totalizou R$124 milhões, com EBITDA Ajustado de R$ 904 milhões.

Ao final do exercício, a Companhia apresentava dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Baixa renda; (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) Repasses Vencidos de CDE) de R$ 2.498,5 milhões, valor que representava 97,9% do patrimônio líquido e 2,78 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos doze meses. A diretoria da Companhia considera que tais patamares são confortáveis e refletem a robustez patrimonial e financeira da empresa.

b) estrutura de capital

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 100% de capital próprio e 0% de capital de terceiros.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía compromissos financeiros com terceiros por se encontrar em fase pré-operacional, tendo sido integralmente financiada por seu acionista através de aumentos de capital.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía capital de giro por se encontrar em fase pré-operacional. Os investimentos em ativos não circulantes realizados até o momento foram integralmente financiados com capital próprio.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía deficiência de liquidez por se encontrar em fase pré-operacional. Os investimentos em ativos não circulantes realizados até o momento foram integralmente financiados com capital próprio, porém a administração da Companhia estuda linhas de financiamento de médio e longo prazo (empréstimos-ponte) para financiamento da fase de construção dos projetos.

f) níveis de endividamento e características das dívidas descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía endividamento.

g) **limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía endividamento.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados no período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

Em milhares de R$, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	**% AV**	**2017**	**% AV**	**% AH**
Receita operacional líquida	283.030	100%	24.105	100%	1174%
Custo de construção e da operação	(263.845)	-93%	(23.897)	-99%	1104%
Custo de construção	(263.830)	-93%	(23.895)	-99%	1104%
Custo de operação	(15)	0%	(2)	0%	750%
Lucro bruto	19.185	7%	208	1%	9224%
Despesa gerais e administrativas	-	0%	(2)	0%	0%
Total de despesas operacionais	-	0%	(2)	0%	0%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos Imposto de renda e contribuição social	19.185	7%	206	1%	9313%
Despesas financeiras	(283)	0%	(24)	0%	1179%
Resultado financeiro, líquido	(283)	0%	(24)	0%	1179%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	18.902	7%	182	1%	10386%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(963)	0%	(10)	0%	9630%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(5.421)	-2%	(48)	0%	11294%
Provisões de impostos sobre o lucro	(6.384)	-2%	(58)	0%	11007%
Lucro líquido do exercício	**12.518**	4%	**124**	1%	10095%

Receita operacional liquida

Com adoção do o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018 a forma de reconhecer a receita de construção mudou, com isso, gerou uma grande variação, sendo R$ 283.030 mil e R$ 24.105 mil em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente.

Custo de construção

O Custo de construção e da operação da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultou em R$ 23.895 mil e em 31 de dezembro de 2018 R$ 263.830 mil. De acordo com os diretores da Companhia esse resultado refere-se principalmente aos custos com serviços de terceiro.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

Com adoção do novo CPC e alavancagem da receita de construção, os tributos diferidos tiveram uma elevada variação saindo de R$ 58 para 6.384 em 31 de dezembro de 2017 e 2018 respectivamente.

Lucro líquido do exercício

A variação no lucro líquido do exercício se deu pela alavancagem da conta de receita de construção que impacta no lucro líquido, tendo apresentado em 31 de dezembro de 2017 R$ 124 mil e em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R$ 12.518 mil.

Comparação dos resultados no período compreendido entre 2 de junho de 2017 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2017

Em milhares de R$, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	Período compreendido entre 2 de junho de 2017 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2017	**% AV**	**2016**	**% AV**	**% AH**
Receita operacional líquida	24.105	100%	-	0%	100%
Custo de construção e da operação	(23.897)	-99%	-	0%	100%
Custo de construção	(23.895)	-99%	-	0%	100%
Custo de operação	(2)	0%	-	0%	100%
Lucro bruto	208	1%	-	0%	100%
Despesa gerais e administrativas	(2)	0%		0%	100%
Total de despesas operacionais	(2)	0%	-	0%	100%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos Imposto de renda e contribuição social	206	1%	-	0%	100%
Despesas financeiras	(24)	0%		0%	100%
Resultado financeiro, líquido	(24)	0%	-	0%	100%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	182	1%	-	0%	100%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(10)	0%		0%	100%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(48)	0%		0%	100%
Provisões de impostos sobre o lucro	(58)	0%	-	0%	100%
Lucro líquido do período	**124**	1%	**-**	0%	100%

Receita operacional líquida

No período compreendido entre 2 de junho de 2017 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2017, a Companhia obteve receita operacional líquida de R$ 24,1 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que esse resultado refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica que são reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculados, acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento na aquisição de bens ou serviços para as obras de infraestrutura não habilitadas ao REIDI, a Companhia considera margem de 0 (zero) na receita de construção da infraestrutura.

A receita operacional líquida também é composta pela atualização do ativo financeiro no montante de R$ 210 mil, cuja a receita corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que refere-se à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

Cumpre destacar que a totalidade da receita operacional da Companhia neste período é meramente contábil, não correspondente a faturamento uma vez que ainda encontra-se em fase pré-operacional.

Custo de construção e da operação

O Custo de construção e da operação da Companhia no período compreendido entre 2 de junho de 2017 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2017 resultou em R$ 23,8 milhões. De acordo com os diretores da Companhia esse resultado refere-se principalmente ao reconhecimento contábil de Custo de Construção, que não possui impacto no fluxo de caixa da Companhia, que ainda encontra-se em fase pré-operacional.

Resultado financeiro, líquido

Os diretores da companhia entendem que o resultado financeiro apresenta despesa no montante de R$ 24 mil, correspondente a encargos financeiros.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no período compreendido entre 2 de junho de 2017 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 124 milhões. Esse resultado refere-se principalmente à receita decorrente da atualização do ativo financeiro da concessão.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de R$, exceto %	Em 31 de dezembro de 2018	% AV	Em 31 de dezembro de 2017	% AV	% AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	509	0%	-	0%	0%
Aplicação financeira	255.444	36%	4.544	0%	5622%
Impostos e contribuições a recuperar	2.876	0%	-	0%	0%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	1.665	0%	-	0%	0%
Outros ativos	3.545	1%		0%	5627%

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

			63		
	264.039	**37%**	**4.618**	**0%**	5718%
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	3.524	1%	-	0%	0%
Depósitos judiciais	97	0%	-	0%	0%
Ativo financeiro da concessão	-	0%	26.541	0%	0%
Ativo de contratos	339.215	48%	-	0%	0%
Outros ativos	214	0%	277	0%	77%
Adiantamentos a fornecedores	97.209	14%	945	0%	10287%
Intangível	334	0%	349	0%	96%
	440.593	**63%**	**28.112**	**0%**	1567%
Total do ativo	**704.632**	**100%**	**32.730**	0%	2153%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	96.998	14%	309	0%	31391%
Impostos a recolher	9.321	1%	2.035	0%	458%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	999	0%	73	0%	1368%
Partes relacionadas	2.254	0%	-		#DIV/0!
Outros passivos	784	0%	479	0%	164%
	110.356	16%	**2.896**	**0%**	**3811%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	417.117		-		
Imposto de renda e contribuições social diferidos	5.683	1%	48	0%	100%
PIS e COFINS diferidos	31.377	4%	2.436	0%	100%
	454.177	**64%**	**2.484**	**0%**	**100%**
Patrimônio líquido					
Capital social	**126.970**	**18%**	**27.226**	**0%**	**100%**
Reserva de lucros	**13.129**	**1%**	**124**	**0%**	**100%**
	140.099	**20%**	**27.350**	**0%**	**100%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**704.632**	**100%**	**32.730**	**0%**	**100%**

Ativo circulante

O ativo circulante atingiu saldo no montante de R$ 4,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R$ 264 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente do seguinte fatores:

Aplicação financeira

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R$ 4,5 milhões e em 31 de dezembro de 2018 R$ 255.444 mil refere-se a aplicações financeiras identificadas pela administração como não destinadas ao atendimento de atividades operacionais, mas comprometidas com a operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante atingiu um saldo no montante de R$ 28 milhões em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo R$ 440 milhões. Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Ativo financeiro da concessão

Com adoção do o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo de contrato, não temos valores apresentados na linha de ativo financeiro da concessão.

Ativo de contratos

Conforme mencionado na nota explicativa 4.1 a Companhia adotou o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo de contrato, por isso não temos o saldo em 2017, pois entrou em vigor em 2018 ficando com o saldo em 31 de dezembro de 2018 R$ 339 milhões.

Passivo circulante

O passivo circulante atingiu saldo no montante de R$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 R$ 110. Os diretores da Companhia entendem que este saldo é composto principalmente pelos fornecedores que é ume serviços necessários nas atividades pré-operacionais da Companhia.

Passivo não circulante

O passivo não circulante possui saldo de R$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$ 454.177. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é decorrente a captação de empréstimos que ocorreu no período.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia é de R$ 27,3 milhões para o dia 31 de dezembro de 2018 R$ 140 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse saldo é resultante da integralização do capital e referente ao lucro do período.

Em milhares de R$, exceto %	**Em 31 de dezembro de 2017**	**% AV**	**Em 31 de dezembro de 2016**	**% AV**	**% AH**
Ativo					
Circulante					
Aplicação financeira	4.544	14%	-	0%	100%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	11	1%	-	0%	100%
Outros ativos	63	1%	-	0%	100%
	4.618	**14%**	**-**	**0%**	**100%**
Não circulante					
Outros ativos	277	1%	-	0%	100%
Ativo financeiro da concessão	26.541	81%	-	0%	100%
Adiantamentos a fornecedores	945	3%	-	0%	100%
Intangível	349	1%	-	0%	100%
	28.112	**86%**	**-**	**0%**	**100%**
Total do ativo	**32.730**	**100%**	**-**	0%	100%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	309	1%	-	0%	100%
Impostos a recolher	2.035	6%	-	0%	100%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	73	1%	-	0%	100%
Outros passivos	479	1%	-	0%	100%
	2.896	**9%**	**-**	**0%**	**100%**
Não circulante					
Imposto de renda e contribuições social diferidos	48	1%	-	0%	100%
PIS e COFINS diferidos	2.436	7%	-	0%	100%
	2.484	**8%**	**-**	**0%**	**100%**
Patrimônio líquido					
Capital social	27.226	83%	-	0%	100%
Reserva de lucros	124	1%	-	0%	100%
	27.350	**84%**	**-**	**0%**	**100%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**32.730**	**100%**	**-**	**0%**	**100%**

Ativo circulante

O ativo circulante atingiu saldo no montante de R$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente do seguinte fator:

Aplicação financeira

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R$ 4,5 milhões refere-se a aplicações financeiras identificadas pela administração como não destinadas ao atendimento de atividades operacionais,

mas comprometidas com a operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante atingiu um saldo no montante de R$ 28,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente do seguinte fator:

Ativo financeiro da concessão

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R$ 26,5 milhões representa a infraestrutura em construção, conforme previsto no contrato da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica que corresponde ao direito de receber caixa por meio da indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Passivo circulante

O passivo circulante atingiu saldo no montante de R$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que este saldo é composto principalmente pelos impostos a recolher com saldo de R$ 2 milhões, sobre serviços contratados para desenvolvimento e construção do projeto de transmissão da Companhia.

Passivo não circulante

O passivo não circulante possui saldo de R$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que este saldo é decorrente principalmente pelo diferimento do PIS e COFINS sobre receita de construção e reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da atualização do ativo financeiro.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia é de R$27,3 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse saldo é resultante da integralização do capital de R$27,2 milhões (dos quais R$ 10 mil foram subscritos e integralizados em 2 de junho de 2017, data de constituição da Companhia) e R$ 124 mil referente ao lucro do período.

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

10.2. Resultados das operações da Companhia

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Apesar da Companhia não ter entrado em operação comercial até 31 de dezembro de 2018, devido às regras contábeis aplicáveis no Brasil, houve reconhecimento de Receita de Construção e Receita de atualização sobre o ativo financeiro da concessão. Em ambos os casos, não há contrapartida financeira nem econômica para a Companhia, configurando uma receita meramente contábil.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2018.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto da Companhia que, em 1 de fevereiro de 2018, conforme registrado em ata da assembleia geral extraordinária, passou a ser controlada diretamente pela empresa Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia S.A.

c) eventos ou operações não usuais

Não se aplica, uma vez que não houve eventos ou operações não usuais na Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2018.

10.4. Práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeito significativo nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ênfase referente ao parecer dos auditores independentes às demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Contrato de concessão

"Chamamos a atenção para nota explicativa 2 - Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica às demonstrações financeiras que descreve que em 21 de julho de 2017 a União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 20 de julho de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R$ 733.700 mil e inicie as operações até 11 de agosto de 2022. A Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

A opinião do Auditor Independente não contém ressalva sobre item acima. A controladora possui um planejamento de *funding* estruturado para suportar todo o CAPEX necessário para as instalações e, que serão compensados com a entrada das RAP's assim que for iniciado a operação da Companhia. Atualmente já existe captação com instituição financeira garantida com o Aval da controladora para os exercícios de 2019 e 2020.

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas categoria "b".

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Os Diretores da Companhia entendem que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) investimentos, incluindo:(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos, (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Conforme Nota Técnica nº08/2017 – SEL-SCT/ANEEL de 06 de março de 2017 o valor total do investimento estimado para implantação da linha de transmissão é de R$ 671.285 mil e seu prazo para entrada em operação comercial é de 60 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão. De acordo com as diretrizes estabelecidas por sua administração, a Companhia está avaliando diversas oportunidades de financiamento, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, para viabilizar tal investimento.

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo ainda efetuado aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos produtos e serviços em desenvolvimento.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 10 do Formulário de Referência.

ANEXO II
ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)
Destinação do Lucro Líquido
(Valores apresentados em R$ mil, exceto quando indicado em contrário)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R. R$ 12.518

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	**2017**	**2016**
Lucro do Exercício	12.518	124	N/A
Lucro por ação (R$)	0,099	0,005	N/A
Quantidade média ponderada de ações	126.970	27.226	N/A

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R. R$ 626

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R. 5% sobre o lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não aplicável.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R$ 11.892

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Os resultados registrados no período foram originados pela adoção do IFRIC 15, ocasionando lucro numa companhia em estágio pré-operacional e sem qualquer geração operacional de caixa.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

ANEXO III
Remuneração dos Administradores
Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não aplicável com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma vez que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2017. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, não foram realizados pagamentos aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia a título de remuneração relativa à atuação como membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia. A Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado no exercício de 2017 nem 2018.

A previsão para o exercício de 2019 é de que não haja pagamentos aos membros do conselho de administração e diretoria estatutária a título de remuneração relativa à atuação como membro da diretoria estatutária ou do conselho de administração da Companhia.

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício 2017			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Número total de membros	4,00	3,43	7,43
Número de membros remunerados	0	0	0
Remuneração Fixa Anual			
Salário Base ("Fixo")	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-
Remuneração por Comitês	-	-	-
Outros (d.i)	-	-	-
Remuneração Variável Anual			
Bônus ("Remuneração Variável")	-	-	-
Participação em Resultados	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios cessação do exercício do	-	-	-

cargo			
Remuneração baseada em ações	-	**-**	**-**
Total	**0**	**0**	**0**

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício 2018			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Número total de membros	7,00	6,00	13,00
Número de membros remunerados	0	0	0
Remuneração Fixa Anual			
Salário Base ("Fixo")	-	-	**-**
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	**-**
Remuneração por Comitês	-	-	**-**
Outros (d.i)	-	-	**-**
Remuneração Variável Anual			
Bônus ("Remuneração Variável")	-	-	**-**
Participação em Resultados	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	**-**
Comissões	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	**-**
Benefícios pós-emprego	-	-	**-**
Benefícios cessação do exercício do cargo	-	-	**-**
Remuneração baseada em ações	-	**-**	**-**
Total	**0**	**0**	**0**

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício 2019 (Previsão)			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**

Número total de membros	7,00	6,00	13,00
Número de membros remunerados	0	0	0
Remuneração Fixa Anual			
Salário Base ("Fixo")	-	-	**-**
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	**-**
Remuneração por Comitês	-	-	**-**
Outros (d.i)	-	-	**-**
Remuneração Variável Anual			
Bônus ("Remuneração Variável")	-	-	**-**
Participação em Resultados	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	**-**
Comissões	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	**-**
Benefícios pós-emprego	-	-	**-**
Benefícios cessação do exercício do cargo	-	-	**-**
Remuneração baseada em ações	-	**-**	**-**
Total	**0**	**0**	**0**

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.9. Quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2016	2017	2018
Diretoria Estatutária	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2017.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2017.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2018.
Conselho de Administração	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2017.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2017.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2018.
Conselho Fiscal	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2017.	Não aplicável, pois no exercício de 2017 a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.	Não aplicável, pois no exercício de 2018 a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma vez que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2017.

Exercício Social 2017 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor e demais Remunerações[1]						
Órgão	**Conselho de Administração**		**Diretoria Estatutária**		**Conselho Fiscal**	**Total**
	Fixa	**Variável**	**Fixa**	**Variável**		
Celpa	1.278,00	475,22	1.296,00	2.234,22	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	5.283,44
Cemar	1.530,00	2.905,52	648,00	2.532,46	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	7.615,98
Equatorial Energia	2.160,00	6.558,77	1.848,00	5.608,60	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	16.175,37
Equatorial Transmissão	Não aplicável uma vez que o Conselho de Administração não foi instalado no exercício de 2017 na Equatorial Transmissão	Não aplicável uma vez que o Conselho de Administração não foi instalado no exercício de 2017 na Equatorial Transmissão	576,00	288,00	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	864,00

[1] No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 13 do Formulário de Referência.

ANEXO IV
ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)

12.5 – Em relação aos candidatos a membros do Conselho de Administração do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Augusto Miranda da Paz Júnior	**Data de Nascimento**	10/04/1958
CPF	197.053.015-49	**Profissão**	Engenheiro
Órgão administração	Conselho de Administração e Diretoria	**Cargo eletivo ocupado**	Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente
Data de eleição	20.09.2017	**Prazo do mandato**	AGO de 2020 (Diretoria)/ AGO de 2019 (CA)
Data de posse	20.09.2017	**Eleito pelo controlador**	Sim
Nº de mandatos consecutivos	2 (Diretoria) / 1 (CA)	**Percentual de participação**	100%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Não há.	**Descrição de outro cargo/função**	[=]
Membro independente	Não	**Critério de independência**	N/A
O Sr. Miranda atua como Diretor da Companhia desde novembro de 2016 e como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Miranda é Diretor Presidente da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR, do setor de energia e sociedade sob controle comum à Companhia, desde abril de 2010. De 2007 a 2010, foi Diretor Vice-Presidente de Operações e, anteriormente, foi Diretor de Engenharia da CEMAR desde julho de 2004. O Sr. Miranda é experiente executivo com mais de 20 anos no setor elétrico. Antes de ingressar na CEMAR, o Sr. Miranda exerceu diversos cargos nas áreas de gestão da manutenção do sistema elétrico na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A.- COELBA, do setor de energia, sendo também representante da COELBA junto ao CCON. O Sr. Miranda é engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em Gestão de Manutenção promovida pela Eletrobrás em convênio com a PUC/RJ e a Escola Federal de Engenharia de Itajubá/MG e MBA em gestão de empresas de energia elétrica pela FGV/SP.			

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima	**Data de Nascimento**	05/06/1977
CPF	023.737.554-08	**Profissão**	Engenheiro civil
Órgão administração	Conselho de Administração e Diretoria	**Cargo eletivo ocupado**	Vice-presidente do conselho de administração e diretor
Data de eleição	20.09.2017	**Prazo do mandato**	AGO de 2020 (Diretoria)/ AGO de 2019 (CA)
Data de posse	20.09.2017	**Eleito pelo controlador**	Sim
Nº de mandatos consecutivos	2 (Diretoria) / 1 (CA)	**Percentual de participação**	100%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Não há.	**Descrição de outro cargo/função**	[=]
Membro independente	Não	**Critério de independência**	N/A

O Sr. Leonardo atua como Diretor da Companhia desde maio de 2017 e como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Leonardo foi eleito Diretor de Relações com Investidores da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA em novembro de 2012 e permaneceu no cargo até janeiro de 2014, quando se tornou Diretor da CELPA. O Sr. Leonardo foi também Diretor da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR no período de abril de 2011 a outubro de 2012. Anteriormente foi *controller* da CEMAR (função que ocupou de 2007 até abril de 2011) e Coordenador de Planejamento e Gestão (de 2005 a 2007). Antes de ingressar na CEMAR, o Sr. Leonardo trabalhou na Telemar Norte Leste, do setor de telefonia, ABN Amro, do setor bancário, URB - Empresa de Urbanização do

Recife, do setor de urbanização, e na Shell Brasil, do setor petrolífero. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Pernambuco, com pós-graduação em Gestão da Produção e MBA em Gestão de Negócios de Energia Elétrica, pela FGV.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Humberto Luis Queiroz Nogueira	**Data de Nascimento**	14/03/1965
CPF	329.273.635-87	**Profissão**	Empresário
Órgão administração	Conselho de Administração	**Cargo eletivo ocupado**	Membro efetivo do conselho de administração
Data de eleição	20.09.2017	**Prazo do mandato**	AGO 2019
Data de posse	20.09.2017	**Eleito pelo controlador**	Sim
Nº de mandatos consecutivos	0	**Percentual de participação**	100%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Não há.	**Descrição de outro cargo/função**	[=]
Membro independente	Não	**Critério de independência**	N/A

O Sr. Nogueira atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Nogueira foi eleito Diretor da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR em agosto de 2016 e da Equatorial Energisa S.A. em agosto de 2017. Atuando no Grupo Equatorial, do qual faz parte a Companhia, desde 2005, foi Gerente de Suprimento e Logística da Equatorial Energia S.A., Gerente de Operações da CEMAR e Gerente de Projeto SAP. Antes de ingressar no Grupo Equatorial, do qual faz parte a Companhia, trabalhou na Oi/Telemar de 1987 a 2005. Humberto é graduado pela UNIFACS.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em

julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Sérvio Túlio dos Santos	**Data de Nascimento**	15/04/1965
CPF	456.942.224-15	**Profissão**	Engenheiro eletricista
Órgão administração	Conselho de Administração	**Cargo eletivo ocupado**	Membro efetivo do conselho de administração
Data de eleição	20.09.2017	**Prazo do mandato**	AGO 2019
Data de posse	20.09.2017	**Eleito pelo controlador**	Sim
Nº de mandatos consecutivos	0	**Percentual de participação**	100%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Não há.	**Descrição de outro cargo/função**	[=]
Membro independente	Não	**Critério de independência**	N/A

O Sr. Sérvio Túlio dos Santos atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Paraíba (1986), com especialização em Tecnologia Digital pela Universidade Federal da Bahia; MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Atuou em diversos níveis gerenciais nas Distribuidoras do Grupo Neoenergia – na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. – COELBA (1986/2001) e na Companhia Energética de Pernambuco S.A. – CELPE (2001/2005). Foi Diretor de Distribuição da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, entre 2012/2013, distribuidora de energia sob controle comum à Companhia. Na Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR atuou nas Gerências: Técnica (2005/2006), Manutenção (2007/2008), Gestão do Programa Luz Para Todos no Maranhão (2008/2011), Expansão (2011/2012), Operação (2014/2015).

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou

inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Humberto Soares Filho	**Data de Nascimento**	29/04/1977
CPF	915.885.025-20	**Profissão**	Economista
Órgão administração	Conselho de Administração	**Cargo eletivo ocupado**	Membro efetivo do conselho de administração
Data de eleição	20.09.2017	**Prazo do mandato**	AGO 2019
Data de posse	20.09.2017	**Eleito pelo controlador**	Sim
Nº de mandatos consecutivos	0	**Percentual de participação**	100%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Não há.	**Descrição de outro cargo/função**	[=]
Membro independente	Não	**Critério de independência**	N/A

O Sr. Soares atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde [setembro de 2017]. O Sr. Soares foi eleito Diretor da Equatorial Energia S.A. em agosto de 2016. Antes foi Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR (sociedade sob controle comum à Companhia) e da Equatorial Energia S.A., entre novembro de 2012 e agosto de 2016. Entre outubro de 2011 e outubro de 2012, foi Gerente Financeiro e de Relações com Investidores da Unidas S.A., do ramo de locação de carros, anteriormente, foi Gerente Administrativo-Financeiro da CEMAR entre abril de 2008 e março de 2011, e *controller* até setembro de 2011. O Sr. Soares possui graduação em Economia pelo IBMEC e MBA em Gestão de Negócios em Energia Elétrica pela FGV.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Não é considerado uma pessoa politicamente exposta.

Nome	Firmino Ferreira Sampaio Neto	**Data de Nascimento**	14/05/1946
CPF	149.224.538-06	**Profissão**	Empresário
Órgão administração	Conselho de Administração	**Cargo eletivo ocupado**	Membro efetivo do conselho de administração
Data de eleição	20.09.2017	**Prazo do mandato**	AGO 2019
Data de posse	20.09.2017	**Eleito pelo controlador**	Sim
Nº de mandatos consecutivos	0	**Percentual de participação**	100%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Não há.	**Descrição de outro cargo/função**	[=]
Membro independente	Não	**Critério de independência**	N/A
O Sr. Sampaio atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Sampaio foi Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A., de março de 2006 a abril de 2010 e atua como Conselheiro da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR, sociedade do Grupo Equatorial, de que faz parte a Companhia, do setor de energia, desde maio de 2004. Sr. Sampaio Neto foi presidente da Eletrobrás, do setor de energia, entre os anos de 1996 e 2001 e Presidente da Eletrobrás Termonuclear entre os anos de 2000 e 2001. O Sr. Sampaio Neto foi Presidente e Diretor Financeiro da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. – COELBA, do setor de energia, por 14 anos. Ex-membro do Conselho de Administração de Furnas, Itaipu Binacional, Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. – CHESF, Eletrosul, Gerasul, Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Centrais Elétricas Matogrosseneses – CEMAT e LIGHT S.A. – LIGHT, todas do setor de energia. O Sr. Sampaio Neto é graduado em Economia pela UFBA e pós-graduado em Planejamento Industrial pela SUDENE/IPEA/FGV. Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente				

exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Augusto Dantas Borges	**Data de Nascimento**	25/08/1977
CPF	897.064.045-20	**Profissão**	Engenheiro eletricista
Órgão administração	Conselho de Administração	**Cargo eletivo ocupado**	Membro efetivo do conselho de administração
Data de eleição	20.09.2017	**Prazo do mandato**	AGO 2019
Data de posse	20.09.2017	**Eleito pelo controlador**	Sim
Nº de mandatos consecutivos	0	**Percentual de participação**	100%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Não há.	**Descrição de outro cargo/função**	[=]
Membro independente	Não	**Critério de independência**	N/A

O Sr. Augusto Dantas Borges atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. Graduado em Engenharia Elétrica pela PUC-MG, em 1999. Entre 2002 e 2008, ocupou o cargo de Analista Comercial e Gestor de Atendimento na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. – COELBA, do setor de energia. Em 2008, passou a ocupar o cargo de Coordenador Comercial e Executivo de Relacionamento na Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR (sociedade sob controle comum à Companhia) e, em 2011, passou a ocupar o cargo de Gerente de Recuperação de Energia ainda na CEMAR. Em 2012, foi eleito Diretor da Centrais Elétricas do Pará S.A. –CELPA.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

12.7/8. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

A Companhia não possui comitês, estatutários ou não.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".